

FORMULÁRIOS BDJUR

Procedimento Administrativo

Formulários BDJUR
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

AUTOR

Vítor Manuel Freitas Vieira

COORDENAÇÃO

BDJUR – Base de Dados Jurídica

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Fevereiro, 2017

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

VIEIRA, Vítor Manuel Freitas, 1966-

Formulários BDJUR : procedimento administrativo. – (Formulários BDJUR)

ISBN 978-972-40-6894-7

CDU 342

FORMULÁRIOS BDJUR

Procedimento Administrativo

Vítor Manuel Freitas Vieira

Dirigente – Departamento de Recursos Humanos da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	11
INTRODUÇÃO DOUTRINÁRIA	13
I – DOS ÓRGÃOS COLEGAIS	
Convocatória e ordem do dia	21
Levantamento da ata de sessão	22
Pedido para que conste em ata voto de vencido	24
II – DA COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA	
Despacho de Delegação de competências	27
Despacho de Delegação de competências	30
Despacho de Delegação de competências	32
Despacho de Delegação de competências	33
Despacho de Subdelegação de competências	35
Despacho de Subdelegação de competências	37
Despacho de Subdelegação de competências	38
Despacho de delegação e Subdelegação de competências	39
Despacho de delegação e Subdelegação de competências	45
Avocação de competências próprias, delegadas ou subdelegadas	48
Avocação de competências próprias, delegadas ou subdelegadas	49
Avocação de competências próprias, delegadas ou subdelegadas	50

Delegação de assinatura	51
Delegação de assinatura	53
Regime de suplência temporal em funções administrativas.	54
Regime de Mobilidade intercategorias: despacho inicial	55
Regime de Mobilidade intercarreiras e prorrogação	56
Regime de Mobilidade intercategorias prorrogação	57
Regime de Mobilidade: consolidação na categoria	58
Coordenação de competências interadministrativas	59
Comunicação entre órgãos da mesma administração	
devolução de assunto	60
Documento a solicitar a declaração de incompetencia.	61
Documento a solicitar a escusa pelo próprio órgão.	63
Documento a solicitar a escusa por interessado no procedimento.	65
Notificação de reenvio de documentação a órgão competente	67
Alegação e análise sobre a competência para conhecer	
de um determinado assunto	68
Conflito positivo de atribuições	70
Reenvio de processo em caso de conflito negativo de atribuições	71
Instruções e ordens de serviço	72
Instruções e ordens de serviço para cumprimento de uma atividade	73
Requerimento alegando a incompetência de um órgão administrativo.	75

III – DA ACTIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL

Impulso do procedimento Administrativo por iniciativa oficiosa	
do órgão administrativo que tutela a matéria	79
Impulso do procedimento Administrativo por iniciativa oficiosa	
em consequência de ordem superior	80
Impulso do procedimento Administrativo por iniciativa oficiosa do órgão	
administrativo constante de petição subscrita por outros órgãos	81
Impulso do procedimento Administrativo por denúncia	82
Pedido de abertura e início do procedimento administrativo	
pelo cidadão.	84
Abertura de expediente informativo prévio	85
Requerimento do interessado a solicitar informação procedimental	
e não procedimental.	86
Requerimento a solicitar o acesso aos arquivos e registos existentes	
em serviços da administração	87
Requerimento onde o particular apresenta alegações e faculta	
documentos relacionados com o procedimento administrativo	88

Reclamação formulada pelo particular por atraso no procedimento e/ou extravio de documentação processual	89
Requerimento dirigido ao cidadão interessado para esclarecimento ou clarificação de factos constantes do procedimento administrativo	91
Da suspensão do procedimento administrativo	92
Requerimento de ampliação do prazo para decidir.	93
Requerimento referente à caducidade do procedimento	95
Requerimento do interessado a solicitar o alargamento do prazo de resposta.	97
Decisão da Administração sobre o pedido de alargamento de prazo de resposta	98
Declaração de urgência na tramitação do procedimento administrativo (acordos endoprocedimentais)	99
Da violação do princípio da hierarquia administrativa formal	100
Requerimento alegando vícios do procedimento administrativo por falta de fundamentação	102
Requerimento de denúncia pela prática de atos administrativos levados a efeito sob a autorização sob a forma oral quando seja exigida a forma escrita	104
Decisão de sanção de mera irregularidade não invalidante do procedimento.	106
Revogação com eficácia retroativa	108
Retificação ou sanção de erros materiais, de direito ou de facto	111
Requerimento para aperfeiçoamento do pedido	113
Adoção de medidas provisórias pela administração	114
Pedido de medidas cautelares pelo interessado	116
Notificação do acordo de adoção de medidas cautelares.	118
Ordem de prioridade de um expediente relativamente a outro	120
Requerimento ao interessado para o cumprimento de trâmites ou requisitos formais essenciais	122
Resposta do interessado para aperfeiçoamento do pedido	123

IV – INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO

Informação ao interessado sobre o responsável pela instrução do procedimento.	127
Iniciativa de auscultação da administração relativamente a medidas a aplicar em determinadas matérias	128
Formulação de alegações	130
Requerimento para a aceitação de prova	131
Resolução sobre a aceitação das provas	132

Requerimento para junção de prova essencial.	133
Requerimento para junção de prova facultativa	134
Requerimento para efeitos de audiência prévia	135
Requerimento de alegações formulado pelo interessado em sede de audiência prévia	136

V – NULIDADE E ANULABILIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Requerimento a solicitar a nulidade de ato administrativo formulado por órgão manifestamente incompetente (usurpação de poder)	141
Requerimento a solicitar a nulidade de ato de conteúdo impossível	143
Requerimento onde se solicita a nulidade de ato constitutivo de infração penal ou emanado em consequência desta	145
Requerimento a solicitar a nulidade de ato administrativo por ferir direitos e liberdades constitucionalmente protegidos.	147
Requerimento a solicitar a nulidade de procedimento tido à margem do processo legal existente para o efeito	149
Requerimento a solicitar a nulidade de um ato emanado, prescindindo das normas legais e regras essenciais para a formação da vontade dos órgãos colegiais	151
Requerimento onde se solicita a nulidade de ato certificativo de factos inverídicos ou inexistentes	153
Ratificação de um ato anulável por vício de incompetência.	155

VI – FINALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Informação relativa à impossibilidade material na continuação do procedimento	159
Formulário referente à decisão do procedimento administrativo	161
Pedido de esclarecimento.	164
Pedido de desistência do pedido	166
Comunicação a terceiros interessados da extinção do procedimento por desistência	167
Decisão referente à aceitação da desistência do pedido	168
Renúncia do procedimento pelo interessado	170
Decisão referente ao pedido de renúncia pelo interessado	171
Não prosseguimento do procedimento por facto imputável ao interessado.	173

VII – DOS RECURSOS E DA RECLAMAÇÃO

Interposição de recurso hierárquico.	177
Requerimento a solicitar a suspensão do ato recorrido	179
Decisão relativa à suspensão do procedimento	180
Requerimento a solicitar parecer prévio aos Serviços sobre o recurso interposto	182
Requerimento com o parecer antecedente do recurso solicitada pelo órgão administrativo instrutor do processo	183
Requerimento para efeitos de audiência de terceiros interessados	184
Formulário referente às alegações dos interessados	185
Decisão do recurso hierárquico interposto, por motivos de extemporaneidade	186
Envio da reclamação ao órgão competente.	188
Decisão de reclamação.	189